RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

Valdemar no PL sente as dores do crescimento

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, ficará montado numa grana que vai se aproximar de R$ 1 bilhão. Nas eleições deste ano, o PL já era o partido com maior montante de recursos do Fundo Partidário: R$ 881,6 milhões. Em 2022, elegeu 106 deputados. Agora, foram 121. Como é a partir daí que se faz o cálculo da divisão da bolada entre os partidos, o valor destinado ao PL será, então, ainda maior.

Quando herdou a legenda de Álvaro Valle, o PL era um partido de porte médio. Valdemar transformou-o no maior partido do país, mas agora parece sentir as dores desse crescimento. Como aqueles adolescentes que crescem demais e começam a sentir dores ósseas e musculares, Valdemar tem tido problemas para continuar comandando o PL como sempre comandou. Para não perder poder, ele sempre centralizou nele as decisões. Sente agora o peso da idade – está com 77 anos – e a complexidade de administrar um partido que cresceu demais e a partir da adesão de um líder que não é ele, mas o ex-presidente Jair Bolsonaro.

A todo momento, então, o pragmatismo que sempre marcou a tática política de Valdemar se choca com o modelo mais ideológico de extrema direita e do bolsonarismo. De novo, isso acontece agora na discussão sobre como o PL irá atuar na sucessão do Congresso em fevereiro do ano que vem.

Embora tenha conquistado as maiores bancadas tanto na Câmara quanto no Senado, o PL não largou bem na discussão sobre quem irá comandar as duas Casas. Na Câmara, foi completamente atropelado pela composição que o atual presidente, Hugo Motta (Republicanos-PB), montou para se reeleger.

Pragmático, Valdemar tenta convencer o partido que não parece haver, a essa altura, saída que não seja acabar compondo também com Hugo Motta. As regras da Câmara determinam que a eleição é para a Mesa Diretora. Ou seja, os cargos são distribuídos entre os partidos que compõem a chapa vencedora. E para as comissões os cargos são distribuídos a partir dos blocos formados. E os partidos que apoiam Motta formarão um imenso bloco a seu favor.

Assim, se o PL resolver lançar um candidato contra Hugo Motta, ficando fora da sua chapa, corre o risco de perder tudo. Valdemar tenta convencer a bancada que esse risco envolveria algo em torno de cem cargos na estrutura da Câmara.

Contra essa visão pragmática, porém, há os interesses políticos e ideológicos. Primeiro, pode haver uma resistência do governo Luiz Jnácio Lula da Silva (PT) em compor a chapa de Hugo Motta se também lá estiver o PL. E, pelo lado do PL, da mesma forma há essa avaliação sobre se é conveniente estar no Congresso numa mesma composição que o PT.

Valdemar tem comando sobre os pragmáticos que sempre estiveram com ele no PL. Mas não comanda os ideológicos. Seu problema hoje: ninguém os comanda. A referência é o ex-presidente Jair Bolsonaro. Mas ele está em prisão domiciliar. E Valdemar só pode vê-lo e pedir alguma interferência se tiver autorização para isso do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Os dois filhos de Bolsonaro que atuam na articulação política – Flávio e Eduardo – optaram por viver nos Estados Unidos. E não têm muito diálogo com Valdemar. O presidente do PL tem diálogo com Michelle. Mas o clã não a considera muito como parte da família nem ela tem muito gosto por um tipo de articulação, digamos, mais coletiva. Sem contar que vem sendo seduzida a trocar o PL pelo Republicanos.

Valdemar está como aquele garoto que cresceu e vai se tornar craque no basquete. Tende a brilhar. Mas, até lá, esse crescimento traz problemas e, às vezes, dói um bocado...

FERNANDO MOLICA

Jornalista

Rio de Janeiro: a parceria no crime

Ao cravar que 32,2% dos moradores do Estado do Rio vivem em áreas dominadas por organizações criminosas, o Instituto de Segurança Pública (ISP), órgão oficial, delimitou o tamanho de uma tragédia que ameaça nossa democracia e nossa soberania.

Um poder que jamais teria sido conquistado e consolidado sem que houvesse estímulo, parceria e cumplicidade de agentes do Estado — é inimaginável que bandidos conquistassem tamanha relevância sem a existência de uma espécie de PPP, parceria público-privada.

A experiência, infelizmente abadonada, das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) revelou o óbvio: o Estado brasileiro era capaz de, com facilidade, retomar territórios ocupados por quadrilhas, por mais armadas que estivessem.

A lenda de que tais espaços eram inexpugnáveis não passava de uma tentativa de deixar tudo como estava, uma estratégia que escondia interesses dos que lucram com o processo de submissão de mais de cinco milhões de fluminenses.

E até risível achar que o Estado brasileiro — com suas polícias e forças armadas — seria incapaz de retomar comunidades localizadas e delimitadas. A exaltação do poder dessas organizações servia e serve para impedir qualquer mudança, para manter a rotina de operações sangrentas e inúteis, para simular combates.

Uma lógica que mantém — como foi dito há alguns anos — a polícia como uma espécie de agência reguladora do tráfico. Dados disponíveis na página do Ministério Público do Rio mostram que, entre junho de 2020 e setembro de 2026, as polícias fluminenses realizaram 5.895 operações em favelas; praticamente, mil por ano, 80 por mês, 2,6 por dia: ao longo desse tempo, o poder das organizações criminosas apenas cresceu.

O resultado do bangue-bangue disfarçado de combate ao crime não representa, porém, um fracasso, mas o sucesso das várias versões de PPPs estimuladas por políticos que promovem matanças periódicas para assim esconderem sua cumplicidade com o crime.

As prisões de figuras de destaque da política brasileira suspeitas de ligações com bandidos — como os ex-presidentes da Assembleia Legislativa do Rio e da Câmara de São Paulo — são, para usar a velha imagem, pontas de icebergs.

Rodrigo Bacellar e Milton Leite, os dois presos, não podem ser considerados representantes da maioria dos parlamentares brasileiros, mas estão longe de se constituírem em casos isolados. Não conquistariam posições tão importantes se não estivessem articulados com muitas outras pessoas, inclusive com outros políticos que adoram engrossar a voz contra bandidos que tanto cultivam nos bastidores.

A aprovação da PEC da Segurança Pública dá ao presidente Lula (PT) instrumentos que, segundo ele, são capazes de interromper o sequestro do país por bandidos de diversos calibres. Resta saber se ele terá vontade e condições políticas para não se limitar a prender os suspeitos de sempre.

EDITORIAL

Proteção às mulheres: um retrato constrangedor

A fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) encontrou um retrato no mínimo constrangedor da estrutura oferecida às mulheres vítimas de violência. E o mais grave é que não se trata de algo isolado, mas sim de todo um sistema supostamente estruturado de proteção que, justamente quando deveria funcionar com eficiência e acolhimento, revela sinais de abandono, improvisação e negligência.

Na região de Campinas, os problemas vão desde mobiliário quebrado e iluminação precária no Núcleo de Perícias Médico-Legais da cidade até infiltrações, trincas nas paredes, ar-condicionado sem funcionar, até extintor vencido na Delegacia de Defesa da Mulher de Valinhos. Locais que deveriam oferecer segurança e dignidade às vítimas, sequer garantem condições básicas de funcionamento.

O levantamento estadual é ainda mais assustador. Quase metade das Delegacias de Defesa da Mulher fiscalizadas não funcionam 24 horas. Em 56,86% delas, não há salas específicas para atendimento multidisciplinar. E, em 21,83%, o prazo legal de 48 horas para encaminhar pedidos de medidas protetivas à Justiça não é cumprido.

Como explicar a uma mulher que acaba de sofrer uma agressão que ela precisa esperar porque a delegacia não funciona e a equipe é insuficiente? ou não não há uma estrutura adequada para atender a vítima? A violência, afinal, não cumpre horário de expediente, não respeita feriados e nem aguarda a conveniência da burocracia.

É particularmente revoltante que, duas décadas após a criação da Lei Maria da Penha, ainda seja necessário descobrir, por meio de uma fiscalização de surpresa, que equipamentos fundamentais da rede de proteção estão em condições tão precárias.

A lei avançou, a sociedade passou a discutir mais abertamente a violência doméstica e os discursos oficiais se multiplicaram. Contudo, entre a retórica e a realidade, existe um abismo que pode custar vidas.

Não faltam campanhas, datas simbólicas, manifestações de autoridades e compromissos públicos de enfrentamento à violência contra a mulher. O que falta, aparentemente, é seriedade e comprometimento para atender adequadamente à demanda por meio de um orçamento e de manutenção adequados, profissionais capacitados, atendimento ininterrupto e fiscalização permanente.

Não basta inaugurar delegacias, anunciar investimentos e contabilizar unidades especializadas se, na prática, a mulher encontra portas fechadas, instalações deterioradas e atendimento insuficiente.

A responsabilidade não pode se diluir entre governos e repartições. O Estado precisa responder pelas unidades sob a sua tutela, corrigindo as irregularidades e estabelecendo prazos para que as providências saiam do papel. E a sociedade pode e deve cobrar resultados e mais novas promessas.

Acolher vítimas de violência não é favor, programa de governo ou ação de marketing institucional. É obrigação do poder público.

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal